

Assemb.

# Constituinte: projeto já vai a filólogos

A Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, concluiu ontem a elaboração do texto de um anteprojeto de Constituição Federal que será levado como sugestão à Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em novembro. O texto passará pelo exame de dois filólogos convidados antes da última reunião plenária, dia 4, em Brasília, para ser levado ao Presidente Sarney, dia 5.

Os últimos dois temas entre os dez em que foi dividida a Constituição — Judiciário e Ministério Público — foram debatidos e votados ontem no Hotel Glória. No item Judiciário, uma das principais medidas aprova-

das foi a criação, no âmbito da Justiça Estadual, de juizados de pequenas causas para julgar infrações menores, não passíveis de pena de reclusão. Em outro item, aprovou-se também a instalação de Varas Regionais móveis da Justiça Federal, para julgar desavenças em questões de terras.

No entendimento dos direitos trabalhistas nas questões judiciais, a Comissão resolveu também acabar com os chamados juizes classistas, leigos que normalmente julgam dissídios de categorias, "sempre sujeitos à corrupção patronal e ao peleguismo", segundo o jornalista Mauro Santayanna,

membro da comissão. Resolveu-se que, salvo em primeira instância, os litígios trabalhistas serão apreciados pelos Tribunais e Juízos do Trabalho, que poderão convocar a assessoria de representantes das classes envolvidas.

Ao votar ontem os últimos capítulos de seu trabalho, a Comissão de Estudos Constitucionais designou um Comitê de Disposições Adicionais, presidido pelo ex-Senador Mário Martins para incorporar ao texto dispositivos que não constaram dos capítulos aprovados. Esse trabalho estará pronto segunda ou terça-feira.

10 AGO 1986

GERAL

O GLOBO

● Em Salvador, o jurista Josaphat Marinho, membro da Comissão de Estudos Constitucionais e candidato ao Governo da Bahia pela coligação PFL/PTB/PDS, recomendou ontem aos eleitores que tenham critérios bem definidos e prudência na escolha dos futuros integrantes da Assembleia Nacional Constituinte.

De acordo com Marinho, o documento que vai resultar da Assembleia Nacional Constituinte não pode ser igual às outras Constituições do país.

— Em primeiro lugar, precisa representar um espírito perfeito, forte e tranquilo, de liberdade e igualdade. A base da liberdade e da igualdade proporcionará aos governos o desenvolvimento de um trabalho que sirva à garantia da justiça social nas cidades e no campo — afirmou.